

Mitos e verdades da Reforma Administrativa é o debate da próxima Live – Série ANFIP

A Live – Série ANFIP volta a abordar na próxima quarta-feira (14/4) um tema de relevância para toda a sociedade: Reforma Administrativa – Mitos e Verdades.

Para o debate, o presidente **Décio Bruno Lopes** e o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, **José Arinaldo Gonçalves Ferreira**, recebem:

Alessandro Molon – Deputado Federal (PSB/RJ)

Antônio Augusto de Queiroz – Analista e consultor político

Alison Souza – Presidente do Sindilegis

Anote na agenda! A live começa às 10 horas, com transmissão pelos canais da ANFIP no Youtube e no Facebook. A mediação é do jornalista Sérgio Lerrer.



LIVE Série ANFIP

AGÊNCIA Servidores

Reforma Administrativa - Mitos e Verdades

Alessandro Molon
Deputado Federal - PSB-RJ

Alison Souza
Presidente do Sindilegis
Sindicato dos Servidores
da Receita Federal do Brasil
de Brasília

Antônio Augusto de Queiroz
Analista e Consultor Político

Décio Bruno Lopes
Presidente da ANFIP

José Arinaldo
Gonçalves Ferreira
Vice-Presidente de Política de
Classe e Política Salarial da ANFIP

f You /anfip /agenciaservidores 14/4 Quarta 10h

Relator julga procedente ADI da ANFIP contra voto de qualidade no CARF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6415, em seu voto, apresentado no dia 2 de abril, julgou procedente o pedido da ANFIP para declarar a inconstitucionalidade formal do artigo 28 da Lei nº 13.988/2020, que pôs fim ao voto de qualidade em empates ocorridos nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e permitiu, nestes casos, que a demanda seja resolvida favoravelmente ao contribuinte.

“A adoção, no contencioso fiscal, de solução favorável ao contribuinte, em caso de empate na votação, não conflita com a Constituição de 1988. É opção legítima e razoável do legislador, estando em harmonia com o sistema de direitos e garantias fundamentais”, esse é o entendimento do ministro relator, tendo a seguinte decisão: “Julgo procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade formal do artigo 28 da Lei nº 13.988/2020, por meio do qual inserido o artigo 19-E na Lei nº 10.522/2002”.

A ADI nº 6415, que é analisada pelo pleno do STF,



ainda precisa ser votada pelos demais ministros do Supremo. Mesmo assim, a ANFIP está otimista com a decisão do ministro Marco Aurélio e espera que os outros membros da Corte sigam o voto do relator.

A ANFIP é representada pelo advogado Heleno Taveira Torres.

Em live, especialista fala sobre declaração do IRPF

PÁGINA 2

Reforma Administrativa: Entidades elaboram ações conjuntas

PÁGINA 5

Golpes em nome da Entidade continuam; ATENÇÃO!

PÁGINA 6

Especialista responde dúvidas sobre a declaração do Imposto de Renda



Em nova edição da Live Série ANFIP, realizada na quarta-feira (7/4), o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, receberam o especialista em Imposto de Renda e Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil aposentado, Leônidas Quaresma. O bate papo foi realizado pelo canal da ANFIP no Youtube e pelo Facebook.

O ato de declarar os impostos é de extrema importância, assim como o próprio pagamento dos tributos e contribuições, como afirma o presidente **Décio Lopes**. “Não existe Estado sem tributação. Nesse sentido, o IR é um dos tributos mais efetivos. É em tributando que o Estado tem condições a prestar as políticas públicas destinadas à população”, afirmou o presidente.

Cesar Roxo, no mesmo sentido, ressaltou que o momento é muito oportuno para o debate, já que o prazo para a declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) está aberto e vai até 30 de abril, caso não haja prorrogação. “A gente sempre tem muitas dúvidas sobre o IR e a exposição do Leônidas Quaresma é muito oportuna e esclarecedora”, disse Roxo.

Leônidas Quaresma começou sua exposição falando sobre as novidades da declaração do IR deste ano e alertando as pessoas sobre a prática de golpes usando o nome da RFB. “Jamais acreditem nesses e-mails que chegam dizendo que é da Receita, porque a Receita não manda e-mail. Exceto um SMS [mensagem de texto pelo celular] para dizer que a pessoa precisa acessar a caixa postal DENTRO DO eCAC. Fora isso, não clique em nenhum link, nem envie dados pessoais”, enfatizou o Auditor Fiscal.

A seguir, confira os assuntos comentados por Leônidas Quaresma:

Sobrepartilha: Até o ano passado, quando a pessoa fazia um inventário e achava que estava tudo terminado,

descobria que tinha a necessidade da sobrepartilha. Nesses casos, o contribuinte tinha que retificar aquela partilha para transformar em declaração intermediária de espólio e, aí sim, fazer uma nova declaração de final de espólio. A partir de 2021, o programa evoluiu e permite que a pessoa diga se está fazendo uma partilha. Então, alguém que já terminou o inventário até 2020, se vier a fazer uma sobrepartilha no ano seguinte, vai simplesmente precisar da declaração de sobrepartilha e não vai precisar retificar a anterior. O programa já está preparado para isso.

Auxílio emergencial: Quem recebeu o benefício ao longo de 2020 e teve outros rendimentos tributáveis superiores a R\$ 22.847,76, que é o limite de isenção do IR, está obrigado a declarar o valor do auxílio e a devolver o valor recebido, já que recebeu indevidamente. Caso não seja feita a declaração, o CPF da pessoa ficará pendente de regularização, acarretando uma série de inconvenientes ao contribuinte, como bloqueio da conta bancária, dentre outros.

Dependente que recebeu auxílio emergencial: Se a pessoa tem um dependente que recebeu auxílio emergencial, e os rendimentos ultrapassam o valor de isenção, o dependente também terá que devolver o valor do benefício. Caso não queira declarar esse dependente, via de regra, a devolução do valor do auxílio emergencial é maior do que a pessoa teria colocando o dependente, porque a devolução do benefício é integral. Portanto, não vale a pena declarar dependente que tenha recebido auxílio emergencial.

Possibilidade de receber a restituição em conta pagamento: Até o ano passado era possível receber a restituição apenas em conta corrente ou poupança. A partir de 2021, o contribuinte também poderá receber em conta pagamento, aquela que a pessoa simplesmente tem o cartão e vai ao banco para receber.

Criptoativos: Agora é possível declarar os criptoativos e as diversas moedas virtuais, pois foram criados códigos no sistema para esse tipo de informação.

Atualização do Java e download: Outra novidade nesse ano é a possibilidade de fazer a declaração do IR diretamente no site da Receita, sem precisar baixar ou atualizar o programa ou ter o Java instalado no computador.

Renda variável: Aplicação em bolsa de valores. Precisa saber o valor de lucro e recolher o DARF. É normal que as corretoras informem esses valores ao investidor, do contrário, a própria pessoa tem que fazer os cálculos de venda, prejuízos e lucros e, ao apurar, ao final, terá o valor da renda variável. Em geral, as corretoras dão esses valores para os clientes. [Continua na próxima página](#)

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA
Marina Rodrigues

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Dedução de prótese cardíaca: A legislação prevê as próteses ortopédicas. No caso de outras próteses, se o médico ou a clínica adquire a prótese e inclui isso na nota fiscal ou no recibo, é dedutível. Se a compra for feita pelo próprio paciente, ele não pode deduzir. O indicado é que a compra seja feita pelo próprio médico ou clínica para que seja dedutível.

Campanha Destinação: Ao longo do ano você pode contribuir com até 6% do que será seu imposto devido para Fundos da Criança e do Adolescente e para o Fundo do Idoso, e outros fundos. Na própria declaração também é possível destinar, mas aí será um pouco menor, sendo 3% para um dos fundos e outros 3% para outro. Isto é importante porque o contribuinte tem a oportunidade de decidir onde o valor deverá ser aplicado. O próprio programa dá as opções de fundos a serem destinados os valores.

Informe do plano de saúde: O programa não importa arquivos que não sejam aqueles gerados pela Receita. O contribuinte que tem certificação digital consegue importar todos os dados preenchidos no ano anterior, a declaração já vem pré-preenchida. Para quem não tem a certificação digital, a partir deste ano, pode buscar essas informações no portal gov.br, que deve ser autenticada com informações sigilosas.

Pensão recebida do exterior: Sempre que se recebe

algun rendimento do exterior, a pessoa é obrigada a pagar o carnê-leão. No momento em que você receber esse valor, é preciso fazer a conversão da moeda recebida para o real na data do recebimento.

Brasileiros que residem no exterior: A pessoa deixa de ser contribuinte brasileiro quando, ao sair do país, informa à Receita a data de permanência no exterior, ou quando a pessoa sai do país e fica mais do que 12 meses ausente. Nesse caso, a partir desse período, deixa de ser contribuinte automaticamente. Há ainda a opção de declarar a saída definitiva e não pagar mais nada sobre o que receber fora do país. Se não for informado, terá que pagar imposto sobre todos os seus rendimentos.

Pensão alimentícia: Para quem paga o valor da pensão, esse valor é dedutível. Então, para quem recebe esses valores são tributados. Dependendo do valor, não é vantajoso colocar o filho como dependente. Então, pode ser feita uma declaração separadamente, só do filho.

Recebimento de aluguel: A pessoa é obrigada a pagar o imposto sobre o valor do aluguel recebido, mesmo os contribuintes que têm isenção por ter idade acima de 65 anos. Esses valores devem ser recolhidos mensalmente, por meio do carnê-leão.

Caso tenha outras dúvidas, assista à live completa [AQUI](#).

Conselho Executivo da ANFIP analisa pauta ordinária

Os integrantes do Conselho Executivo da ANFIP estiveram reunidos, de terça-feira (6/4) a quinta-feira (8/4), para analisar e deliberar assuntos da pauta ordinária da Associação. Os encontros permanecem em formato de videoconferência, em atendimento aos protocolos de segurança sanitária e contenção da pandemia do novo coronavírus.

A condução dos trabalhos foi realizada pelo presidente Décio Bruno Lopes, que aproveitou para registrar a alegria de ter a presença dos conselheiros recém recuperados da Covid. Ele também destacou as diversas atividades realizadas pelo grupo, que encontrou alternativas de aproximação durante a pandemia.

Durante os três dias de encontro, os dirigentes deliberaram sobre os itens da extensa pauta, que incluiu: prestação de contas e execução orçamentária do primeiro trimestre de 2021; assuntos administrativos; ações jurídicas; desenvolvimento da área restrita do site; acompanhamento do trabalho parlamentar;



plano de saúde; apresentação das Comissões temáticas da ANFIP; XXVIII Convenção Nacional da entidade e demais eventos programados para o ano; dentre outros.

Fonacate e Servir Brasil apresentam texto substitutivo à PEC 32/2020

A Emenda Substitutiva Global à PEC 32/20 (Reforma Administrativa) elaborada pela Comissão Parlamentar do Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do qual a ANFIP é integrante, em parceria com a equipe da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), foi autenticada na quarta-feira (7/4), pelo secretário-geral da Frente, deputado André Figueiredo (PDT/CE).

“Foram meses de trabalho da Comissão Parlamentar do Fonacate com colaboradores da Servir Brasil e, inclusive,

diálogo com representantes da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Administrativa, para chegar nesse texto. Sabemos que nesse momento de pandemia o acesso aos deputados será difícil, mas vamos lutar para impedir as injustiças previstas no texto original da reforma administrativa”, ressaltou Celso Malhani, diretor da Fenafisco e coordenador da Comissão Parlamentar.

A partir de agora, os deputados que compõem a Frente e as entidades representativas dos servidores devem buscar 171 assinaturas para validar a apresentação do texto.

Comissão de concurso define evento de entrega de premiações



Os integrantes da Comissão Organizadora do Concurso de Contos, Histórias e Poesias dos Auditores Fiscais em Quarentena reuniram-se na terça-feira (6/4) para finalizar a programação do webinar do dia 29/4, que fará a entrega das premiações para os vencedores. Todos os associados podem

acompanhar o evento, pois, para aproveitar o momento, os setores Jurídico, Assistenciais e Aposentadorias e Pensões também terão espaço para atualizar os associados sobre ações judiciais, benefícios e serviços em andamento.

Com a sequência definida, o grupo agora está encarregado dos últimos contatos com os participantes. Prepare-se! A programação está especial e vai, além de ser um momento de confraternização, um grande incentivo para a promoção e valorização de atividades culturais.

Participaram da reunião os vice-presidentes Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Tereza Liduina Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), Ariovaldo Cirelo (Assistenciais), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social) e João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e TI).

Frente do Serviço Público discute PEC 32/20 com deputado Marcelo Ramos (PL/AM)



Na quinta-feira (8/4), mais de 80 lideranças representativas do serviço público estiveram presentes na audiência da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público com o vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL/AM), para discutir a PEC 32/20 (Reforma Administrativa). Pela ANFIP, participou do encontro o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

O deputado federal Rogério Correia (PT/MG) coordenou a reunião e apresentou as principais preocupações dos servidores em relação à Reforma Administrativa. Para ele, é injusto que a PEC 32/20 seja debatida durante a pandemia, pois há muitos pontos polêmicos, como: o fim da estabilidade do servidor, fim do concurso público, multiplicidade de vínculos, subsidiariedade do Estado e “superpoderes” para que o presidente da República acabe com órgãos por Decreto. “Precisamos de um bom debate, não um debate em que a parte interessada está prejudicada de participar por causa da pandemia”, declarou o deputado, que afirmou ainda que a prioridade deve ser a Reforma Tributária, pois o governo não deve fazer cortes no serviço público antes de decidir o que deve ser arrecadado. Solicitou ainda ao vice-presidente da Câmara, reunião com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP/AL).

Em concordância, o deputado Paulo Ramos (PDT/RJ) afirmou que debater tais mudanças por videoconferência não é

bom para o país e, no caso específico da Reforma Administrativa, deve ser debatida presencialmente pela dimensão da matéria. Portanto, a proposta é que o texto não tenha tramitação.

Em seguida, Marcelo Ramos afirmou que concorda que é necessária uma Reforma Administrativa, porém não a que se encontra em tramitação. Para ele, o processo não pode acontecer com o comprometimento do debate, sem audiências públicas, seminários, e a participação da sociedade e de trabalhadores. O deputado se dispôs a dialogar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL); com o relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), deputado Darci de Matos (PSD/SC), e com o relator da Comissão Especial, ainda a ser definido. O contato tem o objetivo de estabelecer uma ponte de comunicação e solicitar que haja um esforço para que o debate ocorra em um ambiente mais saudável para uma reforma estruturante do serviço público brasileiro. “Nem sempre nossas opiniões serão convergentes. Em momentos do debate, nós teremos posições diferentes, mas devemos sempre dialogar”, declarou.

Acerca dos pontos destacados por Rogério Correia e demais representantes da Frente, o vice-presidente da Câmara afirmou também se preocupar com alguns tópicos. Marcelo Ramos defende que o fim da estabilidade não é um bom caminho para o serviço público pois a estabilidade não é corporativa, e sim um instrumento de qualificação do serviço público e, principalmente, de autonomia das decisões administrativas. “A autonomia funcional tem relação direta com a estabilidade”, afirmou. Sugeriu ainda que, em vez de discutir o fim da estabilidade, deveria ser discutida uma nova avaliação de desempenho com métricas mais objetivas.

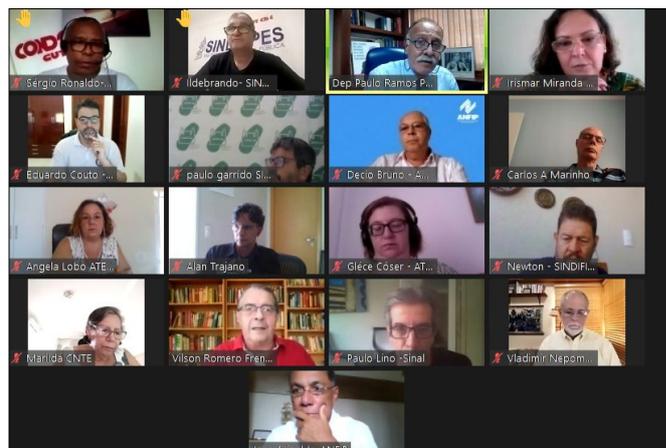
Vilson Romero enfatizou que é fundamental o diálogo estabelecido entre a Frente e as principais lideranças do Congresso, em especial, com o vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos. A ANFIP se engaja nesse movimento de interlocução, em que a defesa da Reforma Tributária prepondera sobre as demais reformas constitucionais.

ANFIP enfatiza necessidade de união dos movimentos que representam o serviço público

A PEC 32/20, da Reforma Administrativa, segue na pauta de discussão da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público. Para estabelecer estratégias contra os danos que serão causados por sua aprovação, os dirigentes das entidades que integram a Frente se reuniram virtualmente na segunda-feira (5/4). Pela ANFIP, participaram o presidente Décio Bruno Lopes, o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, que coordenou o encontro, além do assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero.

Na oportunidade, o deputado federal Paulo Ramos (PDT/RJ) sugeriu o estabelecimento de articulação das entidades para que sejam elaboradas ações conjuntas entre as Frentes e Fóruns que atuam em defesa de carreiras do serviço público, para que lutem unidas contra os prejuízos que serão trazidos pela PEC 32/20 e alertou ainda a necessidade de fortalecimento dos argumentos para conseguir o adiamento da votação do texto.

Em seguida, Décio Lopes destacou que, apesar de as entidades serem contra a PEC e concordarem que o adiamento seja o ideal, pois o projeto não deveria ser debatido em período de pandemia, também é necessário preparar emendas de negociação, para, caso seja aprovada, implementar pelo menos a contenção dos danos que podem ser causados ao serviço público e à população. Citou ainda alguns dos principais



pontos que devem ser discutidos e enfrentados, entre eles: contratos por prazo indeterminado, que o texto não informa se serão realizados por concurso; contrato de experiência com estágio probatório; e os superpoderes concedidos ao presidente da República, ao possibilitar a transformação e extinção de órgãos mediante Decreto. “Se a gente não se integrar, com certeza nos desintegraremos, literalmente. Nesse momento, tudo que precisamos é unir forças em defesa exatamente do Estado brasileiro”, completou.

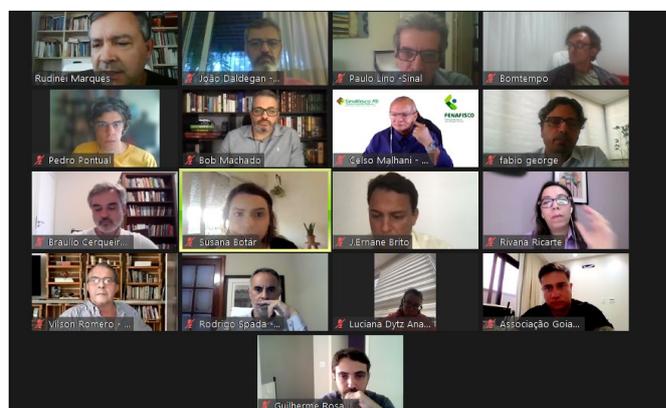
Entidades do Fonacate discutem Reforma Administrativa

O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, participou da assembleia geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), na terça-feira (6/4), para discutir diversos pontos que afligem as carreiras na conjuntura política atual. A reunião foi coordenada pelo presidente do Fórum, Rudinei Marques.

Dentre os temas discutidos na reunião, os representantes abordaram o status da Emenda Substitutiva Global à PEC 32/20 (Reforma Administrativa) e estratégias de atuação em defesa dos servidores; o relatório do andamento das atividades do grupo de trabalho que trata do projeto de Avaliação de Desempenho no Serviço Público; e o ingresso de duas novas entidades ao Fórum: a Associação Brasileira de Criminalística (ABC) e a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária (ADPJ).

O assessor parlamentar do Fórum, Jorge Ramos Mizael, apresentou uma breve avaliação da conjuntura política e informou que a Emenda Substitutiva Global à PEC 32/20 já está pronta. A ideia central do texto substitutivo é reduzir os danos trazidos pelo projeto e avançar em alguns pontos relevantes para os servidores públicos. Após a instalação da Comissão Especial, o grupo buscará as assinaturas para que as emendas sejam protocoladas. Entre as ações de enfrentamento, foi definida ainda a criação de conteúdo que conscientize a população quanto aos danos da Reforma Administrativa.

Wilson Romero sugeriu, como estratégia, que seja formulado um “reformômetro”, um tipo de quadro comparativo, com o levantamento do posicionamento já revelado por parte dos parlamentares em relação a aprovação da PEC 32/20 no



portal do Fonacate ou da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil). O assessor alertou ainda para a importância da interlocução dos representantes com os deputados federais de cada estado para que possam construir um canal direto de contato.

Na oportunidade, também foi convocada a participação das entidades no “Seminário Internacional de Enfrentamento à Corrupção no Brasil: como Construir um Futuro mais Efetivo?”, promovido pelo Fórum, em parceria com o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), a Federação Nacional dos Auditores de Controle Interno Público (Fenaud) e o Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical). O encontro virtual será no dia 27 de abril, a partir das 9h, com transmissão ao vivo no canal do Youtube do Fórum e na página do Facebook da ANFIP.

Frente parlamentar retoma debate sobre Economia Verde



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, acompanhou na segunda-feira (5/4) a retomada dos trabalhos da Frente Parlamentar da Economia Verde, coordenada pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP). Além de debater ações com grupos de vários segmentos produtivos para colocar o país na vanguarda da responsabilidade socioambiental, a Frente analisa também o tema dentro da Reforma Tributária.

A reforma é um dos eixos de atuação da Frente para 2021, conforme apresentado na reunião, que inclui ainda o debate sobre a moeda verde e o conceito ESG (*environmental, social and governance*), cujo centro de atenção é o compromisso com a sustentabilidade.

Conforme destacado por Arnaldo Jardim, a ANFIP faz parte do grupo que apoia a Frente desde 2019, quando os debates tributários tiveram início. A Receita Federal do Brasil, inclusive, ajudou a formular as bases jurídicas para incorporar conceitos dentro da Reforma Tributária.

Dentro da questão tributária, um dos objetivos da Frente é a implementação do artigo 170, VI, da Constituição Federal, que determina o tratamento diferenciado à economia verde.

“No ano passado, a Frente Parlamentar entregou ao deputado Aguinaldo Ribeiro [relator da reforma] um amplo estudo de maneiras que poderiam se implementar o artigo 170, uma delas falando da precificação do carbono. É um tratamento diferenciado para setores que tratam o meio ambiente de forma diferente”, argumentou Arnaldo Jardim.

O presidente Décio Lopes ressaltou que no projeto da Reforma Tributária Solidária (RTS), especificamente no livro “Reforma Tributária Necessária – Justiça fiscal é possível: subsídios para o debate democrático sobre o novo desenho da tributação brasileira”, existe um capítulo dedicado exclusivamente à questão ambiental, citando, inclusive, iniciativas desenvolvidas em 2013 pelo Ministério da Fazenda.

RTS – O estudo faz uma análise sobre a aplicação de medidas em países europeus que estão na vanguarda da tributação ambiental (Finlândia, Suécia, Dinamarca, entre outros), bem como da América Latina, e traça uma linha de proposições para o sistema brasileiro.

De acordo com as premissas da Reforma Tributária Solidária, com base na experiência internacional, a reforma deve redistribuir a composição da carga tributária pela ampliação da tributação ambiental, pela maior taxação sobre o carbono oriundo de emissões de combustíveis fósseis, a criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) Ambiental, a ampliação de imposto territorial rural, a maior tributação sobre o uso da água, a adoção de taxações progressivas no uso de agrotóxicos e pela revisão dos subsídios prejudiciais ao meio ambiente. Segundo o estudo, as receitas adicionais deveriam ser utilizadas para financiar políticas ambientais e socioambientais (licenciamento ambiental, fiscalização, áreas protegidas, política indigenista), inovação, transição agroecológica, obras de despoluição e incentivo a atividades, processos produtivos ou consumos ambientalmente amigáveis.

Associado, cuidado! Criminosos continuam aplicando golpes



A ANFIP recebeu informações de que golpistas estão telefonando para associados, se passando pelo presidente do Conselho Executivo, Décio Bruno Lopes. Na ligação, informam que há valores a serem recebidos das execuções da GDAT e GAT e que, para isso, o associado deverá entrar em contato com um suposto Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Os criminosos solicitam depósitos de altas quantias, e, após receberem o valor, não atendem mais os telefones.

A ANFIP solicita aos associados que não deem seguimento à ligação, pois TRATA-SE DE UM GOLPE. Recomenda ainda

que faça um Boletim de Ocorrência na delegacia mais próxima, pois a Associação não tem competência para tomar qualquer ação de cunho investigativo.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não é o órgão legitimado a tratar dessas ações e jamais telefonaria para um exequente dizendo que há valores a serem percebidos. Essa função é da própria ANFIP, que faz a comunicação por meio de cartas.

Importante mencionar, ainda, que, para receber qualquer valor oriundo de precatório, não há a necessidade de pagamento prévio, uma vez que os honorários dos advogados já são destacados no momento da inscrição.

Portanto, fique atento aos diferentes artifícios utilizados por golpistas. NÃO faça nenhum depósito prévio para liberação de valores de ação. NÃO forneça dados bancários nem informações pessoais por telefone. Tem dúvida quanto algum contato? Desligue e confirme com as pessoas citadas na ligação.

Caso haja dúvida acerca de qualquer ligação ou correspondência, entre contato com o Setor Jurídico da Entidade pelo WhatsApp (61) 98176-9051 ou e-mail juridico@anfip.org.br.

Perdeu o webinar sobre o Decipex? Confira informações importantes sobre o Departamento

A ANFIP promoveu, no dia 31/3, um webinar exclusivo com a participação da equipe do Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex), com o intuito de auxiliar nas demandas que os associados têm dificuldades.

Confira os principais questionamentos respondidos.

Demora na concessão de benefícios

O Departamento está em processo de reorganização para melhorar o fluxo de trabalho e acelerar o processo de concessão de benefícios, que atualmente é empregado em um prazo médio de 50 dias. Segundo os representantes, o Decipex recebe uma grande quantidade de processos que não estão corretamente instruídos, pois cada órgão tinha um formato de trabalho e isto acarreta a demora da concessão devido ao processo de adaptação e padronização dos procedimentos. Entre as soluções, o Departamento busca instruir os órgãos que estão sendo centralizados sobre a padronização da discussão processual para otimizar os trabalhos. Em relação ao ressarcimento da assistência saúde, será montado um grupo de trabalho com o objetivo de zerar as solicitações ainda no primeiro semestre de 2021.

Piloto prova de vida digital – A campanha ainda está em fase de testes, porém, posteriormente, pretende-se estender a funcionalidade a 700 mil aposentados, pensionistas e anistiados com biometria registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e/ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). A ação tem o objetivo de melhorar e facilitar o atendimento aos beneficiários e a rotina de atividades da Unidade de Gestão de Pessoas, realizando a prova de vida por meio dos aplicativos

Sigepe Mobile e Meu Gov.Br.

Comprovante de Rendimentos

Em relação às dúvidas sobre a emissão do comprovante de rendimentos, foi informado que basta acessar o site do [Sigepe web](#) ou o aplicativo Sigepe Mobile. Em caso de impossibilidade pelo sistema Sigepe, o usuário pode solicitar o comprovante pelo portal do Governo Federal ([gov.br](#)). Confira [AQUI](#) os tutoriais.

Recuperação de acesso

Uma grande dificuldade do público atendido pelo Decipex é a recuperação de acesso. Ao entrar no sistema Sigepe, há o tópico “preciso de ajuda” que libera algumas perguntas que devem ser respondidas para desbloqueio automático, caso o usuário erre as respostas, o acesso é bloqueado e é necessário entrar em contato com a central de atendimento pelo telefone 0800-978-9004, ou fazer a solicitação pelo protocolo digital.

Foi comunicado ainda que o Decipex produzirá uma cartilha informativa em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), para auxiliar os servidores no processo pós-aposentadoria, apresentando os serviços, canais de atendimento e outras informações pertinentes. Caso ainda haja alguma dúvida, acesse as perguntas frequentes no Portal do Servidor ([AQUI](#)).

Veja os serviços prestados em cada canal de atendimento do Decipex:

Site gov.br

- Apresentação de comprovante Extra-Siape
- Comunicação de falecimento
- Solicitação de auxílio funeral, desbloqueio de acesso ao Sistema de Gestão de Acesso (Sigac), isenção de Imposto de Renda, comprovante de rendimentos, ficha

financeira e contracheque.

Acesse [AQUI](#).

Protocolo digital

- Atualização cadastral
 - Concessão de pensão e aposentadoria
 - Declarações
 - Questionamentos financeiros
 - Requerimentos diversos
- Acesse [AQUI](#).

Sigepe requerimentos

- Alteração de dados bancários
- Assistência à Saúde Suplementar
- Comprovante de quitação de plano de saúde
- Cadastro/ Alteração de dependentes
- Reestabelecimento de pagamento – Covid-19

Acesse [AQUI](#) ou faça download do aplicativo nas plataformas [Google Play](#) e [App Store](#). Caso tenha dificuldade em algum procedimento relacionado a senhas, módulo de requerimento e desbloqueio de usuário, é possível aprender o passo a passo [nesta playlist](#).

Central de Atendimento de Pessoal – CAPE

Atualmente a unidade de atendimento presencial só está disponível em Brasília e São Paulo, porém, segundo o Departamento, há um projeto do Ministério da Economia para a implementação de unidades presenciais em todo o país.

- Atendimento presencial (**suspenso temporariamente devido à pandemia**)

Brasília- DF: Endereço: SAUS, Quadra 6, bloco O, térreo, Ed. Órgãos Centrais.

São Paulo- SP: Endereço: Avenida Prestes Maia, 733 – 19º andar, sala 1904.

Central de Atendimento Decipex

- Esclarecimento de dúvidas
- Contato: 0800-978-9004

Confira os novos arquivos disponíveis sobre a Reforma Administrativa

Com o objetivo de viabilizar o debate sobre a Reforma Administrativa, a ANFIP mantém, desde 2020, um hot site exclusivo com dados e informações sobre a administração pública brasileira. O conteúdo é sempre atualizado, sob a coordenação da Assessoria de Estudos Socioeconômicos e apoio das equipes de Comunicação Social e Tecnologia da Informação da ANFIP.

Além da íntegra da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020 e sua Exposição de Motivos, o hot site contém notícias,

notas técnicas e públicas, estudos, cartilhas, vídeos, links úteis de outros portais que tratam do tema e o mais amplo material sobre os diversos aspectos envolvendo o debate acerca das pretendidas mudanças na estrutura do serviço público nacional.

Todo o conteúdo pode ser visualizado no endereço [anfip.org.br/reforma-administrativa/](#). Na página, também é possível baixar o documento de interesse.

Acompanhe o site e fique por dentro dos debates e da tramitação da Reforma Administrativa.

BENEFÍCIOS

Faça sua adesão ao Planjus com a Proposta Digital da Jusprev



Está buscando proteção e segurança para você e sua família? Conheça já a Proposta Digital da Jusprev, ferramenta que possibilita adesão ao plano de previdência complementar Planjus de forma prática e cômoda.

A solicitação digital é feita em duas etapas: primeiro

Plataforma de convênios tem novos parceiros

A plataforma de benefícios da ANFIP tem novos parceiros. Isso mesmo! Integram agora o time de empresas que oferecem produtos e serviços exclusivos para os associados da ANFIP e seus dependentes a Iplace, Asus, Faculdade Censupeg e muito mais! Acesse a plataforma e confira.

Amigos Chevrolet: Aproveite os descontos exclusivos

Você tem um motivo a mais para aproveitar essa Páscoa: os descontos do Programa Amigos Chevrolet. São vários modelos e ofertas exclusivas para você sair de Chevrolet novo e aproveitá-la! Importante: as vantagens do Programa Amigos Chevrolet são válidas apenas para você e seus parentes de 1º grau (pais, filhos e cônjuge).

MODELO	BÔNUS VIGENTE
JOY MY 20/21 e 21/21	R\$ 800,00
JOY PLUS MY 20/21 e 21/21	R\$ 800,00
NOVO ONIX MY 20/21 e 21/21	R\$ 800,00
NOVO ONIX PLUS MY 20/21 e 21/21	R\$ 800,00
CRUZE SEDAN & SPORT6 MY 20/20, 20/21 e 21/21	R\$ 2.600,00
SPIN MY 19/20 e 20/20	R\$ 5.100,00
SPIN (EXCETO R7T) MY 20/21 e 21/21	R\$ 3.600,00
MONTANA 1.4 MY 20/21 e 21/21	R\$ 2.220,00
S10 MY 20/21 e 21/21	R\$ 1.600,00
TRAILBLAZER MY 20/21 e 21/21	R\$ 1.600,00
NOVO TRACKER MY21 (opc. R8A, R8B, R8D, R8E, R8F, R8G e R8H) MY 20/21 e 21/21	R\$ 1.600,00
EQUINOX MY 21/21	R\$ 1.600,00
CAMARO MY 20/20	R\$ 5.500,00

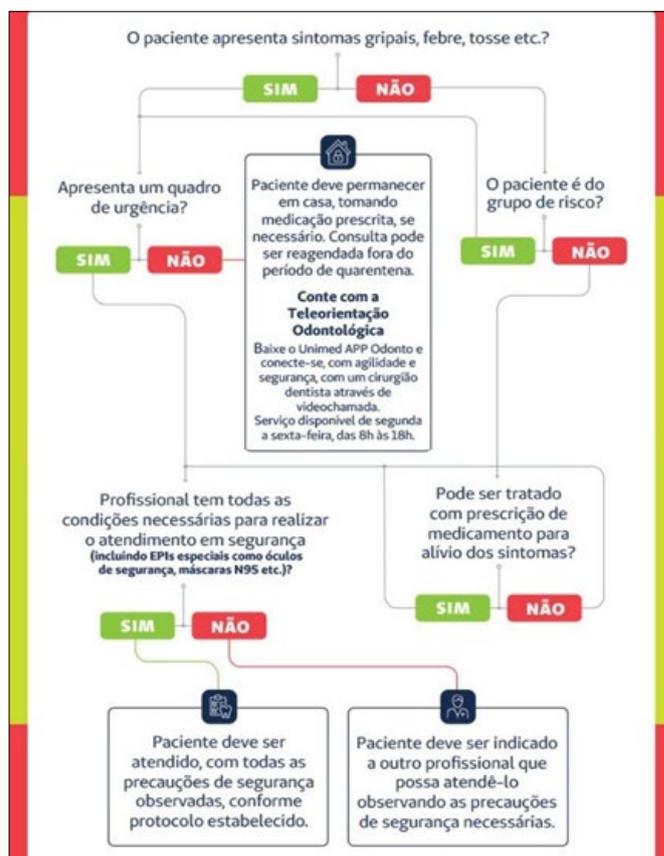
você preenche seus dados na plataforma exclusiva ([AQUI](#)) e realiza a assinatura eletrônica certificada. Em seguida, os dados preenchidos serão checados pela equipe da Jusprev. Na contratação da Renda Mensal Programada, a equipe irá confirmar com a ANFIP o seu vínculo associativo. No caso de contratação de coberturas de risco (Renda Mensal por Morte ou Renda Mensal por Invalidez), os dados serão confirmados com a seguradora.

A Jusprev oferece ainda consultoria personalizada. Com isso, é possível solicitar o auxílio de um consultor no preenchimento da proposta ou por meio do e-mail consultoria@jusprev.org.br. Contrate o plano e garanta já a tranquilidade do seu futuro!

Unimed Odonto explica quando o atendimento odontológico é inadiável

A Unimed Odonto preparou um passo a passo para que você, usuário do plano, saiba quando o atendimento odontológico pode ser realizado, tendo em vista o risco de exposição ao coronavírus. Ainda existe a possibilidade de realizar a Teleorientação Odontológica, por meio de vídeo chamada. Confira abaixo!

As informações têm como fonte a Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib) e o Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRMOG).



Cooperforte, conveniada ANFIP, oferece mais novidades no crédito

Em complemento às inovações implementadas desde 12 de março/2021, em seu modelo de crédito, a Cooperforte está adicionando ao limite de Crédito Parcelado de seus associados o valor equivalente ao saldo de capital lastreado já integralizado, relativo às operações da espécie, exceto o referente ao Crédito Garantido, ampliando, assim, ainda mais a sua oferta de crédito.

Consulte nos canais digitais os limites de crédito pré-aprovado disponibilizados (APP Cooperforte ou site autoatendimento.cf.coop.br) e contrate suas operações de maneira simples, rápida e segura. Vale lembrar que as operações formalizadas até as 17 horas são creditadas em conta corrente no mesmo dia, em até 30 minutos.

Confira as taxas e as linhas de crédito que disponibilizamos para nossos associados:

Especificação	Prazos	Taxa (ao mês)
CP Longo	de 37 a 72 meses	1,29% + TR
CP Médio	de 13 a 36 meses	1,10% + TR
CP Curto	de 4 a 12 meses	0,94%
Crédito 13º (Pgto único)	até 12 meses	1,39%
Crédito Rápido (Pgto único)	até 120 dias	1,39%
Crédito Garantido (Único)	até 150 dias	0,69% + TR
Crédito Garantido (Parcelado)	de 4 a 36 meses	0,69% + TR

Ao contratar empréstimos com a Cooperforte, você garante a participação nas sobras anuais, distribuídas na proporção dos negócios realizados ou mantidos com a Cooperativa no exercício. Na prática, o recebimento de sobras representa a devolução de parte dos juros pagos nas operações de crédito.

Mantenha seu cadastro atualizado, principalmente os dados referentes a renda mensal, e assegure seu crédito pré-aprovado junto à Cooperforte.

Cuide do seu sorriso com a OdontoGroup

A OdontoGroup, plano odontológico que a ANFIP oferece aos associados, atua em nível nacional e conta com especialistas nas mais diversas áreas da odontologia e amplo rol de cobertura sem limite de utilização.

A empresa disponibiliza também um aplicativo para facilitar a vida dos usuários. Através do app, é possível acessar

toda a rede credenciada da OdontoGroup, carteirinha digital, pagamentos, procedimentos, rede de descontos, dentistas por localização, WhatsApp da central de atendimento para marcação de consultas e esclarecimentos de dúvidas.

Entre já em contato nos telefones (61) 3421 0000 ou 0800 704 3663, e cuide do seu sorriso com a OdontoGroup!

ESTADUAL

Diretores da Agafisp decidem assuntos de interesse da entidade

A ociosidade do apartamento em Gramado durante a pandemia, o dissídio coletivo das colaboradoras, o cronograma eleitoral da ANFIP e o projeto Agafisp Ritmos, com o início das aulas de dança on-line, foram os assuntos principais da reunião da Diretoria da Agafisp, Estadual do Rio Grande do Sul, na segunda-feira (5/4).

Quanto ao apartamento, todos avaliaram que a sua ocupação sofre os mesmos efeitos que o setor de turismo e hospedagem, diante da crise causada pelo coronavírus. Deliberou-se manter uma rotina de controle da higienização e arejamento do imóvel, com a participação de diretores.

No que diz respeito ao reajuste salarial das funcionárias, foi informado que a data base é 1º de abril, tendo sido aprovada a antecipação de 4%, por conta do dissídio que deve ser divulgado somente nos próximos meses. Sobre a Convenção da ANFIP, o presidente Luiz Carlos Santos da Silva incentivou

todos a concorrer e informou estar participando de reuniões do Conselho de Representantes da entidade nacional, que planeja o evento bienal para o mês de setembro próximo, ainda sem definição de seu formato (se presencial ou virtual).

Quanto à atividade cultural do mês, a Diretora Cultural e Social solicitou que todos façam a ampla divulgação nos diversos canais e meios de comunicação da entidade, conclamando para a aula virtual do Agafisp Ritmos, no dia 7 de abril, com a professora Priscila.

Em assuntos gerais, foram debatidas possíveis alterações do estatuto da ANFIP que serão elaboradas com maior detalhamento para oportuna assembleia e a substituição da Diretora de Aposentados e Pensionistas, que solicitou licença do cargo por razões particulares. Não houve definição sobre como seguirão sendo desenvolvidas as atividades da área.

Leia a versão digital da revista da ANFIP

A primeira edição da Revista Seguridade Social e Tributação de 2021 já está no ar! A publicação, editada pela ANFIP, traz informações importantes para um país que caminha à beira da crise. No meio de tantos discursos políticos e ataques polarizados, a ANFIP tem produzido teoria importantíssima para devolver ao país as mudanças de paradigma que tanto precisa.

Baixe o PDF [AQUI](#).

